

APÊNDICE E

PROCEDIMENTO PADRÃO PARA REGULARIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS

Concessão onerosa de uso da faixa de domínio localizada às margens da rodovia BR-101/ES, no segmento compreendido entre o km 0,0 e o km 2,9 (SNV 101AES1005), entre as cidades de Vitória e Serra, no Espírito Santo (“Reta do Aeroporto”).

EDITAL DE CONCESSÃO N.º [●]/2018

1. Sumário

1. Sumário 2

2. Lista de Figuras..... 3

3. Introdução 4

4. Definição 5

5. Especificações..... 8

 5.1 Projeto 8

 5.2 Critérios Básicos 11

 5.3 Especificações Técnicas..... 12

6. Normas e Legislações 14

2. Lista de Figuras

Figura 1 - Esquema Ilustrativo – Exploração de Empreendimentos Imobiliários.	7
Figura 2 - Esquema Ilustrativo – Distâncias mínimas permitidas.....	12
Figura 3 - Esquema Ilustrativo – Alturas e distâncias mínimas permitidas.....	13

3. Introdução

O presente APÊNDICE objetiva definir os procedimentos, a documentação técnica, normas e regulamentos técnicos a serem obedecidos para a solicitação de ocupação da faixa de domínio do trecho objeto deste EDITAL.

O presente APÊNDICE é dividido nas seguintes seções:

Introdução: apresenta o objetivo da utilização deste APÊNDICE;

Definição: caracteriza os conceitos utilizados para efeitos de uso deste APÊNDICE;

Especificações: composto por três seções, cujo objetivo é detalhar sobre a exploração a que se destina esse APÊNDICE:

Projeto: lista dos estudos a serem apresentados em conformidade com a CONCESSIONÁRIA;

Critérios básicos: apresenta as orientações básicas para exploração de empreendimentos imobiliários na faixa de domínio;

Especificações Técnicas: apresenta as especificações técnicas para orientação da construção e implantação de empreendimentos imobiliários;

Normas e Legislações: lista as normas e legislações consideradas para elaboração deste APÊNDICE.

4. Definição

Para fins de utilização do APÊNDICE devem ser aplicadas as seguintes definições:

Faixa de Domínio:

Define-se como “Faixas de Domínio” a base física sobre a qual assenta uma rodovia, constituída pelas pistas de rolamento, canteiros, obras-de-arte, acostamentos, sinalização e faixa lateral de segurança, com limites definidos conforme Projeto Executivo da rodovia.

Conforme o Art. 50 do Código de Trânsito Brasileiro, o uso de faixas laterais de domínio e das áreas adjacentes às estradas e rodovias obedecerá às condições de segurança do trânsito estabelecidas pelo órgão ou entidade com circunscrição sobre a via.

Ocupação da Faixa de Domínio:

Uso longitudinal, transversal ou pontual das faixas de domínio por qualquer meio.

Ocupação Longitudinal:

Qualquer tipo de instalação ou obra, implantada ao longo das faixas de domínio das rodovias federais.

Ocupação Pontual:

Qualquer tipo de instalação ou obra, implantada em um ponto localizado nas faixas de domínio das rodovias federais ou em outros bens públicos.

Ocupação Transversal (Travessia):

Qualquer tipo de instalação ou obra que atravessa as rodovias federais.

Publicidade:

Para fins deste APÊNDICE, define-se como Publicidade a técnica de comunicação em massa constituída por mensagens em qualquer idioma, desenhos, imagens ou símbolos, objetivando a divulgação de produtos ou serviços específicos ou informações de interesse público em geral.

Acesso:

Define-se como “Acesso” uma via de ligação à rodovia que permite saída de veículos aos locais adjacentes à faixa de domínio. Os acessos podem variar quanto à sua finalidade:

Uso Particular: propriedades privadas de uso não comercial ou industrial.

Acesso Público: quando solicitado por entidades públicas, como vias municipais ou estaduais.

Acesso Comercial: destinado ao uso comercial, como postos de abastecimento, condomínios residenciais, restaurantes, hotéis, entre outros.

Acesso Industrial: destinado a atender indústrias, depósitos, armazéns silos, além de outros.

Via Marginal (Rua Lateral):

Via paralela à pista principal de uma rodovia, de um ou ambos os lados, com o objetivo de atender ao tráfego local, longitudinal à rodovia e pertinente à área urbanizada adjacente, e permitir o disciplinamento dos locais de entrada e saída da rodovia.

Utilização Imobiliária:

Para fins deste APÊNDICE, define-se como Utilização Imobiliária o parcelamento do solo para fins de construção de empreendimentos habitacionais, industriais, comerciais, de logística ou de fiscalização ou prestação de apoio aos usuários da via.

Considera-se empreendimento imobiliário qualquer interferência na faixa de domínio utilizada para fins:

- i. **Habitacionais:** Utilização da faixa de domínio para estacionamento ou portaria de condomínios residenciais, dentre outras;
- ii. **Industriais:** Utilização da faixa de domínio para estacionamento de veículos, instalações gerais da indústria, dentre outros;
- iii. **Comerciais:** Utilização da faixa de domínio para estacionamentos comerciais, postos de gasolina, empreendimentos comerciais, drive-thru, dentre outros;
- iv. **Logística:** Utilização da faixa de domínio para carga e descarga, pátio para manobra de veículos, correias transportadoras, travessias comerciais ou industriais, ramal ferroviário, pátio para transbordo de cargas, centro de distribuição, via lateral para movimentação de cargas, dentre outros;
- v. **Apoio e Fiscalização:** Utilização da faixa de domínio para postos de pesagem, pontos de parada de descanso, dentre outros;

Figura 1 - Esquema Ilustrativo – Exploração de Empreendimentos Imobiliários.



5. Especificações

5.1 Projeto

Deverá ser apresentado um projeto de implantação da exploração imobiliária devidamente assinado por engenheiro registrado no Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA/CREA), contendo e não se limitando a:

- 5.1.1 Memorial descritivo contendo as especificações e materiais utilizados na execução do projeto.
- 5.1.2 Planta baixa e de perfil, em escala compatível, da referida ocupação, com indicação da implantação em relação à faixa de domínio da rodovia, com coordenadas georreferenciadas, contendo ainda a representação cadastral de um trecho de 300 m (trezentos metros) nos dois sentidos do eixo longitudinal da rodovia até o limite da Faixa de Domínio, identificando a sinalização, as edificações, as demais interferências existentes e indicação dos afastamentos horizontais e verticais.
- 5.1.3 Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), emitida por profissional inscrito no Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA/CREA), ou, alternativamente, Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), emitido por profissional inscrito no Conselho Federal de Arquitetura e Urbanismo (CAU/BR), para identificação do responsável pela supervisão técnica.
- 5.1.4 Limites referenciais das faixas de domínio cotados em relação ao eixo da rodovia, acompanhados de memorial descritivo.
- 5.1.5 Fotos (no mínimo uma panorâmica e uma localizada) indicando o ponto exato de implantação do empreendimento.
- 5.1.6 Imagem aérea (preferencialmente Google Earth) com pontos georreferenciados de implantação do empreendimento.
- 5.1.7 Licença ambiental para construção do empreendimento.
- 5.1.8 Plano Básico Ambiental:
 - i. Caracterização ambiental resumida da área diretamente afetada;
 - ii. Descrição e localização das intervenções da obra e das áreas de apoio;
 - iii. Procedimentos ambientais a serem utilizados na execução dos serviços de construção;

- iv. Concepção e detalhamento das medidas específicas de prevenção, mitigação e correção de impactos ambientais;
 - v. Concepção e detalhamento de sistema de monitoramentos dos indicadores de qualidade ambiental durante a obra;
 - vi. Plano de Gerenciamento de Resíduos (PGR), contendo informações sobre a geração, acondicionamento, volume e destinação final dos resíduos gerados durante as atividades.
- 5.1.9 Projeto de Sinalização da obra, de acordo com os Manuais Brasileiros de Sinalização de Trânsito do DENATRAN e, quando for o caso, Manual de Sinalização de Obras e Emergência em Rodovias – Publicação IPR 738/DNIT.
- 5.1.10 Para qualquer execução de serviços na faixa de domínio da rodovia, o interessado deverá dispor de EPI (Equipamentos de Proteção Individual) adequados para seus funcionários, conforme a Norma Regulamentadora 6 – NR 6 do Ministério do Trabalho e Emprego e suas atualizações e outras legislações vigentes.
- 5.1.11 Apresentação de todas as licenças necessárias à realização das obras, expedidas pelos órgãos Federais, Estaduais e Municipais.
- 5.1.12 Cronograma de execução dos serviços considerando possíveis interferências com o tráfego normal da via e com a infraestrutura no local ou bens públicos.
- 5.1.13 Deverá ser realizada análise de segurança viária e estudo de impacto de tráfego no trecho de implantação, a qual deverá considerar o histórico de acidentes registrados pela Polícia Rodoviária Federal ou outro órgão competente, de forma a identificar o impacto do empreendimento imobiliário no número de acidentes no trecho. A partir desta análise, deverão ser propostas contramedidas de segurança de forma a eliminar, ou minimizar, a probabilidade de ocorrência de acidentes ou a redução da sua severidade devido à implantação ou regularização do empreendimento, bem como para a ampliação da capacidade da via. Essas contramedidas serão avaliadas e estarão sujeitas a aprovação da CONCESSIONÁRIA. Referências nacionais e internacionais deverão ser utilizadas para a proposição das contramedidas, tais como as publicações do DNIT, do FHWA (Federal Highway Administration), iRAP (International Road Assessment Programme), Norma NBR 15486 ABNT, dentre outras. Dentre as contramedidas a serem consideradas, destacam-se as seguintes, mas não se limitando a:

- i. As estruturas de postes, suportes e quaisquer outros elementos físicos similares deverão ser instaladas a uma distância convenientemente segura das bordas dos passeios, dos meios-fios ou das pistas de rolamento;
- ii. Instalação de defensas metálicas, semi-maleáveis, simples ou duplas, ou outro dispositivo de contenção viária de acordo com as Normas NBR 6970 e 6971 da ABNT;
- iii. Instalação de barreiras de concreto a depender da situação;
- iv. Instalação de sonorizadores/vibradores no acostamento a depender da situação, dentre outras contramedidas a serem aplicadas.

5.1.14 Projetos pertinentes aos serviços e obras que serão executados, conforme normas específicas da ABNT, DNIT e demais legislações pertinentes, tais como:

- i. Projeto da Edificação de Alvenaria do Empreendimento Comercial;
- ii. Projeto Estrutural;
- iii. Projeto de Instalações Móveis de Combate a Incêndio;
- iv. Projeto de Rede Hidro Sanitária da Edificação;
- v. Projeto de Rede de Água Pluvial;
- vi. Projeto de Terraplenagem;
- vii. Projeto de Instalação Elétrica.

5.1.15 Fica a critério da CONCESSIONÁRIA a solicitação, se julgar necessário, de outros projetos não previstos neste APÊNDICE.

5.1.16 Para a apresentação do projeto, deverão ser consideradas as seguintes definições:

- i. As plantas do projeto deverão ser confeccionadas, necessariamente, em folhas no formato A-3 ou A-1, devendo apresentar na folha de rosto um espaço para anotação da decisão da CONCESSIONÁRIA, com dimensões de 10 x 16,5 cm (maior largura na horizontal);
- ii. A apresentação do projeto deverá ser em 03 (Três) vias, contendo o nome, assinatura, qualificação e o número do CREA do profissional responsável técnico;
- iii. Os projetos e seus complementos deverão ser assinados pelo responsável técnico, com seus respectivos números de CREA e ART, conforme resolução nº 257, de 19/09/78, do CONFEA, ou posteriores alterações;
- iv. De acordo com o porte do empreendimento, para a execução das obras, deverá ser apresentado o Engenheiro de Segurança responsável pelo acompanhamento de todos os serviços e ART;

- v. O projeto e documentação também deverão ser entregues em mídia eletrônica, gravados nos formatos .PDF e .dwg (CAD);
- vi. Caso haja algum ajuste durante a implantação, de comum acordo com a Unidade Local que fiscalizará a implantação, deverá ser apresentado o “As Built”. Todas as alterações de projeto deverão ser previamente submetidas à CONCESSIONÁRIA para análise e autorização;
- vii. Se, durante a vigência do cadastramento, algum dos profissionais referidos nos itens anteriores for substituído, deverá o interessado providenciar o envio para a CONCESSIONÁRIA da cópia do registro do novo profissional, junto ao respectivo órgão citado no mesmo inciso.

5.2 Critérios Básicos

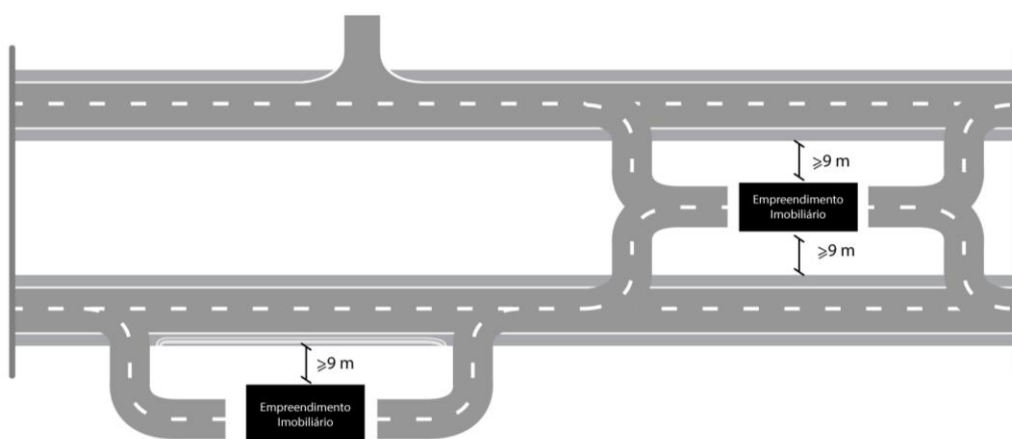
- 5.2.1 Para a implantação do empreendimento, deverá ser elaborado o plano de construção, com a indicação de todas as interferências no tráfego da rodovia, tempos de duração e a sinalização de obras para análise, aprovação e autorização de forma a preservar a segurança do tráfego. O documento deverá estar assinado pelo responsável da obra e Engenheiro de Segurança.
- 5.2.2 Durante todo o período de execução das obras o Requerente deverá manter no respectivo trecho, sinalização de tráfego em condições adequadas, de acordo com os padrões estabelecidos pela CONCESSIONÁRIA. A sinalização deverá ser mantida diuturnamente em perfeitas condições de visibilidade, alinhamento, posicionamento e aparências.
- 5.2.3 A utilização de vias para implantação do serviço com interdição da(s) faixa(s) de rolamento, só será permitida em dias e horários a serem definidos pela CONCESSIONÁRIA.
- 5.2.4 No caso de solicitações para exploração de empreendimentos imobiliários que necessitem de acesso, deverão ser apresentados o projeto e a documentação exigida no Procedimento Padrão para Regularização e Construção de Acessos em Faixas de Domínio (APÊNDICE C).
- 5.2.5 No caso de solicitações para exploração de empreendimentos imobiliários que necessitem de publicidade, deverão ser apresentados o projeto e a documentação exigida no Procedimento Padrão para Regularização e Implantação de Publicidade na Faixa de Domínio (APÊNDICE D).

5.3 Especificações Técnicas

5.3.1 Alguns critérios técnicos deverão ser observados para a determinação das condições mais adequadas para a instalação das estruturas destinadas à exploração imobiliária, exceto em casos de interesse da melhoria das condições gerais de segurança e circulação do trânsito:

- i. O empreendimento imobiliário deverá ser colocado o mais afastado possível da parte mais externa da rodovia;
- ii. Durante o prazo de vigência da Autorização, o autorizado deve promover obrigatoriamente a conservação/manutenção do empreendimento e da faixa de domínio;
- iii. Sempre que julgado necessário pela CONCESSIONÁRIA, os empreendimentos imobiliários serão isolados por barreiras ou defensas, de acordo com normas específicas, devendo o Permissionário mantê-los em bom estado de segurança e conservação;
- iv. A projeção do empreendimento imobiliário deverá estar a uma distância mínima de 9,00 m (nove metros) da borda externa do acostamento ou dos dispositivos de segurança presentes no local, conforme ilustrado na Figura 2;
- v. No caso de empreendimentos imobiliários em canteiros centrais, a projeção do empreendimento imobiliário deverá estar a uma distância mínima de 9,00 m (nove metros) da pista de rolamento, dos acostamentos internos ou dos dispositivos de segurança presentes no local, conforme ilustrado na Figura 2;

Figura 2 - Esquema Ilustrativo – Distâncias mínimas permitidas.

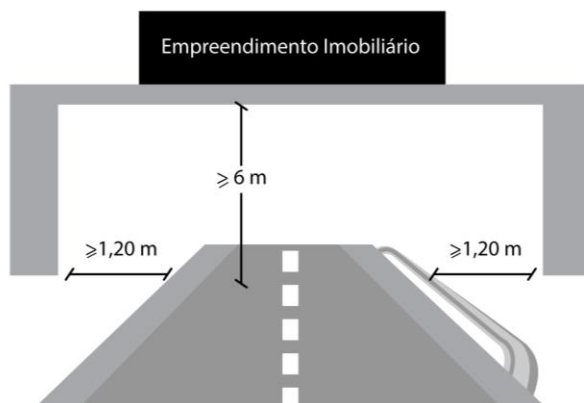


- vi. Caso não haja alternativas para efetuar a ocupação por empreendimentos imobiliários conforme os critérios definidos no item iv e v, a solicitação para ocupação deverá ser

tecnicamente justificada, podendo ser permitida, mediante proposta de contramedida de segurança, a exclusivo critério do DNIT;

- vii. Empreendimentos imobiliários que fizerem ocupações do tipo travessia, deverão respeitar altura mínima de 6,0 m (seis metros) entre a estrutura inferior do empreendimento e a superfície da pista de rolamento da rodovia, conforme ilustrado na Figura 3.

Figura 3 - Esquema Ilustrativo – Alturas e distâncias mínimas permitidas.



6. Normas e Legislações

Para a construção e regularização de empreendimentos imobiliários nas faixas de domínio, serão consideradas as seguintes normas e legislações, tais como, mas não se restringindo a:

6.1 Lei Federal nº 9.503 de 23/09/97 (Código de Trânsito Brasileiro).

- i. Rege o trânsito de qualquer natureza nas vias terrestres do território nacional, abertas à circulação.

6.2 Lei Federal nº 6.766 de 19/12/1979.

- i. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano.

6.3 Lei Federal nº 6.938 de 31/08/1981 alterada pela Lei Federal nº 7.804 de 18/07/1989

- i. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.

6.4 Lei Federal nº 7.347 de 24/07/1985.

- i. Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico e turístico.

6.5 Constituição da República Federativa do Brasil de 05/10/1988.

6.6 Lei Federal nº 7.754 de 14/04/1989.

- i. Estabelece medidas para proteção das florestas existentes nas nascentes dos rios.

6.7 Lei Federal nº 8.666 de 21/06/93.

- i. Estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

6.8 Lei Federal nº 9.605 de 12/02/1998.

- i. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

6.9 Lei Federal nº 9.984 de 17/07/2000.

- i. Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas – ANA, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

6.10 Lei Federal nº 9.985 de 18/07/2000.

- i. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

6.11 Lei Federal nº 12.651, de 25/05/2012.

- i. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa;
- ii. Altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006;
- iii. Revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

6.12 Resolução nº 273 de 29 de novembro de 2000, do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA.

6.13 Manual de Sinalização de Obras e Emergência em Rodovias – Publicação IPR 738.

6.14 Manual para Ordenamento do Uso do Solo nas Faixas de Domínio e Lindeiras das Rodovias Federais – Publicação IPR 712.

6.15 Manual de Pavimentação – Publicação IPR 719.

6.16 Manual de Drenagem de Rodovias – Publicação IPR 724.

6.17 Especificações de Serviço do DNER.

6.18 Resolução nº 351 de 14 de junho de 2010 do CONTRAN.

- i. Estabelece procedimentos para veiculação de mensagens educativas de trânsito em toda peça publicitária destinada à divulgação ou promoção, nos meios de comunicação social, de produtos oriundos da indústria automobilística ou afins.

6.19 Instrução de Serviço nº 04 de 12/02/2016 do DNIT.

- i. Dispõe sobre critérios e procedimentos a serem adotados no Programa Nacional de Segurança e Sinalização Rodoviária – BR-LEGAL e dá outras providências.